

TRÍADE DO MAL: civilização dos fracos no mundo do trabalho. Minas Gerais, 1889-1930*

*Florisvaldo Paulo Ribeiro Júnior***

Resumo

Este artigo procura analisar o processo de produção de representações instituidoras do mundo do trabalho no Brasil, particularmente em Minas Gerais, na passagem do século XIX ao XX. Por intermédio da crítica e da criminalização de práticas costumeiras, como o jogo de azar, o consumo de bebidas alcoólicas e a prostituição, homens situados nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba buscam estabelecer um novo ordenamento social a partir da positivação do trabalho e da construção da imagem do trabalhador nacional.

Palavras-chave:

Tríade do mal; mundo do trabalho; civilização.

Abstract

This article analyzes the production process of the founder representations in the work world in Brazil, particularly in Minas Gerais State, in the late nineteenth to the twentieth century. Through the critical and the criminalization of customary practices such as gambling, alcohol consumption and prostitution, the men from Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba regions look forward to establish a new social order to the assertiveness of labor and the image building of the national worker.

Keywords

Triad of evil; world of work; civilization..

Na passagem do trabalho escravo ao trabalho livre no Brasil, os hábitos de sentar-se à mesa de jogos de azar, consumir bebidas alcoólicas, freqüentar casas de prostituição e prostituir-se receberam as censuras e condenações veementes e reiteradas – de uma moral cristã e liberal –, produtora de representações que assinalavam a busca de controle sobre os processos de modernização em curso entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, procurando reprimir e criminalizar práticas consideradas desviantes dos esforços e energias necessárias para o desenvolvimento do mundo do trabalho em seus preceitos morais básicos de respeito à propriedade e licitude das condutas, respectivamente, caminho para o progresso material e a salvação da alma.

Entre as populações das regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nas Minas Gerais, as práticas da designada *triade do mal* – jogo, álcool, lupanar – aparecem sob vários olhares como gasto ineficaz, inútil, do tempo. Em uma sociedade capitalista, assinalara o historiador inglês Edward Thompson, o tempo, sua marcação, e distanciamento das referências naturais de sua aferição se constituem elemento primordial no controle que os compradores de força de trabalho devem e precisam exercer sobre a execução das tarefas produtivas. Tempo transforma-se em dinheiro e na “sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado”.¹ As novas expectativas em relação ao trabalhador procuram implantar em seu corpo um relógio com dupla função, marcando física e moralmente o tempo. Na medida em que se constrói gradativamente uma separação entre trabalho e vida, essas duas dimensões da experiência social precisam ser minuciosamente controladas, como parte da estratégia de reprodução da dominação.² Separa-se o trabalho dos elementos lúdicos que o caracterizavam e transubstancia-se os corpos dos trabalhadores em utilidades econômicas e morais tanto nos momentos em que trabalha, quanto naqueles em que se diverte, ou vive.³

Antes que o lazer se institucionalize, podemos observar, nas primeiras décadas do novecentos brasileiro, uma campanha insidiosa pela moralização dos costumes que se estende por Minas Gerais. Nela o trabalho emerge como preventivo e regenerador dos vícios que, supostamente, tendem a enlamear os sertões mineiros. Mas, outra face se evidencia através de um relativo descentramento da problemática do trabalho e a formação de um dispositivo, uma rede que se estabelece entre “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”,⁴ elementos discursivos e não discursivos, articulados na produção de um regime de verdade sobre o tempo consumido pelo trabalho e lazer.

Nesse sentido, no espaço sertanejo das Minas Gerais,⁵ nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o processo civilizador encerra suas ambigüidades e abre espaço para a crítica severa de práticas sociais antigas e novas. Em 1912, *O Commercio* de Patos

de Minas defende que os moços deveriam ser incitados pelo estudo e pela fé a encontrarem o caminho da virtude e guiarem com responsabilidades os destinos da pátria. Esse era o procedimento capaz de torná-los resistentes às tentações da tríade maldita, essa

Inimiga irreconciliável de Deus; fonte perene de magua e torturas, vomito abjecto do inferno – eis a tríade poderosa do mal, a arma predilecta do demonio.

Si alguma desgraça nos feriu, si à alguém faltou a saúde, a tranquilidade e mesmo o pão; si do seio de uma família fugia a paz, a alegria e o amor; a causa será sempre: ou o jogo que rebaixa o caráter; o alcool que envenena ao mesmo tempo o corpo e a alma; o lupanar que degrada e bestialisa o homem, ou os trez reunidos; porquanto, vicios irmãos, as mais das vezes se encontram junto na sua marcha destruidora fatal.

E é a mocidade, nessa quadra em que a sede dos prazeres é mais viva e o fogo das paixões mais ardente, que mais victimas faz a perigosa triade.

Quantas intelligencias perdidas, quantos caracteres estragados, quantos sonhos desfeitos!

Moços sobre cujo hombro serão pezar amanhã os destinos da patria e da sociedade, evitae, condemnae e amaldiçoe tão hediondos quando tentadores vicios. Evite-os, fugindo às companhia e às occasiões perigosas; condemnae-os e amaldiçoe-os, elevando o vosso espirito pelo estudo e pela fé, e fortalecendo a vossa vontade pela pratica das virtudes que são o caminho seguro da felicidade.⁶

O jogo, álcool e lupanar integravam o roteiro das práticas costumeiras denunciadas como viciosas por obstar a formação do espírito pátrio, a ordem familiar, a saúde do corpo e da alma dos jovens a quem, em futuro próximo, se deveria confiar a nação. A fé católica, a educação e o trabalho foram evocados como elementos capazes de sustar a degeneração a que estavam expostos o conjunto da sociedade. Entretanto, como poderemos observar as autoridades não tinham clareza sobre as estratégias de controle das práticas costumeiras. As dúvidas sobre extinguir ou regulamentar, especialmente, as práticas consideradas viciosas gerou uma posição ambígua explicitada nos órgãos de imprensa da região e expresso na questão: como silenciar, controlar ou mesmo extinguir práticas sociais tão enraizadas e que se dinamizam com o crescimento urbano?

Durante as primeiras décadas republicanas desencadeiam-se tentativas de regulamentar e disciplinar as práticas do jogo de azar. A documentação evidencia que não houve sucesso nesse intento. Contudo, todo o assédio e condenação ao jogo podem ser compreendidos como uma dimensão no processo de significação do mundo do trabalho e da construção da imagem do trabalhador nacional, num ambiente em que virtude e vício estiveram sempre ao alcance das mãos.⁷

Ainda no final do século XIX, encontramos na região observada os registros jornalísticos condenando a prática dos jogos de azar. Em 1892, *O Progresso* de Araxá alardeava que a cidade tornara-se uma espécie de Monte Carlo sertaneja, onde o presente e o futuro destilavam desgraças, pois, segundo o jornalista, não

há aqui mais ninguém que não jogue [...]. Vem-se aqui rapazes de bellissimos character, que tem diante de si o futuro e que, em vez de se entregarem a uma profissão honesta, sentam-se à banca do jogo perdendo desse modo a carreira e a confiança que inspiravam.⁸

Assinalava ainda o articulista que as crianças, ‘obreiros de amanhã’, adquirindo o hábito inveterado de jogar fazem-se “futuros candidatos aos presidios do Estado”⁹. Sugeria então que para se evitar as ruínas que se anunciavam eram “necessarias providencias energicas [...]. À propria mocidade cumpre procurar os meios de se corrigir de tão abominavel vicio, sem a intervenção policial, e aos srs. paes e professores compete a rigorosa correção dessas crianças que tão mal começam a vida”¹⁰.

As manifestações contrárias ao jogo veiculadas nas páginas dos órgãos de imprensa da região do Triângulo e Alto Paranaíba, adquirem pouco a pouco um aspecto de campanha. Porém, podemos perceber que os argumentos de condenação se repetem como uma tentativa de convencimento acerca da gravidade do problema a ser enfrentado. Por outro lado, a reiteração expressa também a persistência das práticas.

Assim, num fragmento restante do *Gazeta de Uberaba*, de 1901, lê-se a notícia de abertura de processo contra banqueiros do jogo do bicho.¹¹ Em Patos de Minas, por volta de 1906, observamos a preparação de uma luta “contra esse cancro roedor da humanidade”. O ponto de partida para essa movimentação era a constatação de que os homens do sertão mineiro perdiam a confiança no trabalho e se entregavam vorazmente à jogatina não obstante a classe social e a formação profissional.¹²

Diante desse quadro de contaminação geral, o doutor Euphrasio Rodrigues recomendava medidas enérgicas para ‘a debellação da symptomatologia alarmante deste grande mal’.¹³ Segundo ele, tornara-se dever do governo de Minas Gerais extirpar o mal e, operando essa terapêutica, recolocar os mineiros “desassombadamente na senda do progresso” com a contribuição de uma “aristocracia intelectual” trabalhando pelo bem do povo.¹⁴

Entretanto, podemos ouvir vozes conciliadoras que procuram relativizar os males sociais, individuais e coletivos, apontados como responsabilidade dos jogos de azar. Em 1907, em um artigo n’*O Trabalho* de Patos de Minas, o jornalista amenizava a condenação às práticas dos jogos estabelecendo a diferenciação entre os lícitos e ilícitos. Explicitando os argumentos o jornalista assegurava que os jogos ilícitos teriam sido os responsáveis pela decadência dos povos dominadores: germanos, hunos, gregos, romanos, judeus, etc. Ao elaborar uma distinção, o articulista procurava atribuir diferentes papéis aos jogadores, de acordo com a sua condição social e os propósitos levados adiante quando os

homens sentavam-se à mesa de jogo. Portanto, o jogo em si mesmo não seria um mal, ao contrário ele figuraria entre as distrações que permitiriam aos homens “recrear-se nos intervalos de descanso de suas ocupações e trabalhos”.¹⁵ Desse modo, sob

[...] este ponto de vista, o jogo, não intervindo nelle interesse nem havendo excesso em sua duração, é licito e até conveniente, as vezes, a saude do corpo e distração do espirito, cuja tensão, nascida das preocupações e cuidados da vida, poderia ser obstáculo e perigo para o exercicio regular das nossas faculdades phisicas ou moraes.¹⁶

Provavelmente interesses comerciais e financeiros, sob os quais as fontes silenciam, estimulassem essa relativização acerca dos jogos de azar e o destaque aos seus efeitos revigorantes. Ao jogo que fora representado como a razão da degeneração da mocidade – jogo ilícito –, adere uma surpreendente qualidade: jogo lícito –, que restitui a saúde do corpo e distrai o espírito após um longo dia de trabalho. Assim, o comprometimento financeiro nas apostas também é definidor do caráter do jogo. Pois bem, se o jogador, ao apostar, se expõe ao risco que apenas os homens abastados podem suportar sem que a ruína lhes importune, nesse caso temos manifesta a licitude do jogo. Em relação ao operário, que aposta e coloca em risco o pão conquistado com o suor do seu rosto, dá-se exatamente o contrário.

Ressalta-se ainda outro fator como determinante do caráter virtuoso do jogo e do jogador e diz respeito ao tempo empenhado nesses divertimentos. Portanto, é perigoso ao operário que se dedique ao jogo mesmo que seja lícito, pois

O homem que vive dos seus rendimentos, sem carecer de se submeter a ocupações quotidianas pode empregar na diversão do jogo licito duas ou trez horas sem que os seus interesses corram risco; mas esse mesmo tempo mal empregado pelo operário, representa uma perda em alto grau, quer para a necessaria reparação das forças após o trabalho, quer como sacrificio do seu capital, quer do tempo além da perda do dinheiro que sacrificará.

Segue-se daqui quão perigoso é as pessoas que vivem a custo do seu trabalho entregarem-se diariamente aos jogos licitos, os quaes, ainda que nelles não intervenha interesse nenhum, produzem e geram o máo habito de folgança, concluindo por apoderar-se do espirito e energia individualmente, até ao ponto de afastal-os do cumprimento de suas obrigações.¹⁷

O operário que faz mal uso do tempo disponível ao descanso ameaça a moralidade da vida, familiar e de trabalho. Os homens pobres deveriam, por precaução, se manter afastados de toda atividade que possibilitasse aos corpos uma folgança que não objetivasse a restituição das energias e o responsável cumprimento de suas obrigações morais e materiais.

Uma semana depois dessas primeiras considerações, sob o mesmo título, o jornal volta a se referir aos efeitos nocivos do jogo. Através de uma exposição que combinava

cálculos contábeis, com ditos populares, o jornalista procurava demonstrar que o jogador é o único que sempre tem algo a perder e que invariavelmente perde. O articulista não tem dúvidas, para ele o “jogador que persevera no seu vício arruina-se indefectivelmente”.¹⁸ A explicação para essa fatalidade se baseia no argumento de que entre os jogadores, aquele que ganha, acresce muito pouco ao seu patrimônio; quem perde sofre uma dilapidação considerável na riqueza que detém e deveria preservar. Como as possibilidades de derrota são maiores do que as de vitória, assinalava o jornalista, os riscos são sempre desproporcionais ao que se pode ganhar. Não se restringindo a apresentar a nocividade do jogo através da racionalidade dos cálculos financeiros, o autor se apropria de um dito popular: “o dinheiro mal ganho, o carrega o diabo”,¹⁹ referindo-se ao jogo, mas demonizando também as formas de ‘ganhar dinheiro’ que não derivam do trabalho regular e disciplinado.

Os traços da imoralidade do jogo, em ralação aos princípios que conduzem uma vida cristã, serão ressaltados no terceiro artigo da série *A paixão do jogo*. Para o jornalista de *O Trabalho* de Patos de Minas, o “jogo de azar conduz a todos os vícios e pecados”.²⁰ O autor argumenta que ao observar a vida e a fisionomia do jogador podemos perceber que não há pecado capital em que esses homens não incorram.

Avareza, soberba, lascívia, ira, inveja, ócio, vadiagem, incredulidade. São essas as qualidades do jogador vicioso que se unem às quebras dos mandamentos cristãos que ele desrespeita um a um progressivamente.²¹ As violações dos sétimo e oitavo mandamentos – não roubar e não levantar falso testemunho respectivamente - revestem o ato de jogar de aspectos agravantes inaceitáveis para o mundo do trabalho, pois além de afastar-se das leis divinas, o jogador tende a desrespeitar um princípio sagrado ao mundo civilizado: o respeito à propriedade. No quarto e último artigo, usando o mesmo título, o jornalista reitera a representação criminalizante da prática do jogo de azar recorrendo a mais um dito popular para asseverar que “de jogador a ladrão só vae um passo”, assinalando que o jogo de azar estaria envolvido, sempre, por algum tipo de fraude, presente na origem ou destino do dinheiro apostado, ou na própria mecânica do jogo, que naturalizam o rompimento com as regras, pois “[...] sabem os jogadores que as *tretas* ou *patotas* são o pão de cada dia [...]”.²²

As representações que visam a demonização e criminalização do jogo e do jogador circulam pelas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba tendo como porta-vozes os órgãos da imprensa escrita que fazem ecoar valores de importância central ao mundo do trabalho.

Na cidade de Araguari, em 1910, a imprensa denunciou a existência de casas de tavolagem, ameaçadoras da ordem, em que “muitos figurões de nossa terra [encontram-se] entretidos numa sofreguidão estontiadora”.²³ O articulista relata que ao entrar numa des-

sas casas imaginou, pelo aglomerado, tratar-se de uma conferência literária, ou reunião política. Mas, para sua surpresa “tratava-se, nada mais, nada menos, não de uma sessão litteraria, nem de uma sessão politica: tratava-se de uma sessão *roletica*, sessão que para o cumulo das vergonhas desta terra, nunca falha”.²⁴ Segundo o jornalista esse era o lugar onde as crianças se instruía, se fortificavam, preparando-se para as “grandes luctas: o assassinato e o roubo” e onde os homens afundavam-se “no charco das degradações”.²⁵

O jornalista se mostra preocupado, com o que lhe parece ser a disseminação dos jogos de azar. Em forma de oração o articulista faz votos para que a cidade não degenerasse assinalando que,

Oxalá, que essa deslumbrante senhora com seu grande luxo, não arraste para a desgraça muitas victimas, não deixe sem pão innocentes criancinhas e não faça tombar exanime, muitas victimas, quer de um punhal, quer de uma *pindehibite aguda*, não deixe enfim muitos *cadaveres*. São estes os meus votos exma. Jogatina. Impere e acanalhe com a Ventania [Araguari], já que não temos autoridades e nem... mandões.²⁶

Fazendo uso de uma imagem feminina o jornalista procura alertar, mobilizando atávicos preconceitos contra as mulheres, para as ameaças de completa subversão da ordem social que a ‘senhora jogatina’ sustenta. O jornal *Cidade de Patrocínio*, no mesmo sentido, denuncia a disseminação dos jogos de azar e convoca as autoridades policial e paterna para o “grande concurso para a grandiosa obra da regeneração do presente e futuro” pois,

O jogo (e torna-se necessario repeti-lo) desde que chegou a dominar o homem, produz fatalmente nestes os mais perigosos, entre outros, o desprezo do trabalho honesto e lucrativo, a desafeição e até a aversão à familia, o alcoolismo, o adulterio, o roubo, o homicidio, o extravio, enfim, de tudo quanto se relaciona com a probidade e bons costumes, de maneira que o homem assim aguilhoado pelo maldito jogo, de moço sensato, morigerado e esperançoso que era passa a ser tido, com sobejos motivos, por leviano, corrompido e receiador; de esposo amoroso e exemplar chefe de familia torna-se em algoz de sua virtuosa esposa e escandalo vivo de seu tenros filhos; de homem acreditado e respeitado passa a adquirir o nome desairoso de mau pagador e a perder, consequentemente, o honroso conceito social.

[...]

É assaz doloroso ver-se estes moços, que constituíam a esperança de um fagueiro e risinho futuro, subjugados pelo jogo e sem um freio que possa atalhar, em quanto é tempo, os funestissimos males que, forçosamente, hão de seguir-se de tão perigoso vicio.²⁷

O trabalhador morigerado, pai de familia amoroso e cumpridor de seus compromissos na vida pública e privada, degenerava-se pela ação do vicio. Recuperá-lo era restituir as esperanças num presente e futuro de paz e tranqüilidade social. Contudo, as reiteradas reclamações e denúncias acerca das práticas do jogo de azar expressam as dificuldades

das autoridades em reprimir os jogadores e mostram também que as representações do jogo, como atividade viciosa e degenerativa, não eram incorporadas às práticas sociais das populações do sertão mineiro.²⁸

Escrito em 1914, a partir de uma correspondência publicada no jornal, com denúncias sobre a perigosa disseminação do jogo na cidade de Bonfim, cidade mineira da zona metalúrgica, o artigo de *O Progresso* comenta a existência de semelhante problema em Uberabinha. Para confirmar suas assertivas, o articulista passa a narrar a história de um operário que perdera tudo nas mesas de jogo e prometera não mais se envolver com o baralho. Não conseguindo sustentar sua palavra por quarenta e oito horas ele teria sido flagrado pelo jornalista no exercício do vício perigoso. Diante do insidioso vício, argumentava o jornalista, ainda era possível ouvir de “pessoas que tem a ousadia de dizer que o jogo não é tão pernicioso como querem que seja”.²⁹ Em resposta ele garantia que a defesa do jogo era feita por indivíduos degenerados “já atolados no lodaçal immundo do nefasto vicio do jogo e que mesmo assim querem incutir-se no espirito da sociedade sã, como homens de bem, mesmo como jogadores”.³⁰ Entre os que defendiam o jogo e o praticavam, segundo o jornalista, estavam autoridades, funcionários públicos, padres e pais de família. Aqueles que deveriam pautar sua vida cotidiana pela conduta moral irrepreensível não resistiam e entregavam-se ao vício.

Declarando-se unicamente interessado no bem-estar das famílias de Uberabinha, o jornalista propunha que se proibisse ou regulamentasse a atividade. Em caso de opção pela regulamentação deveriam incidir sobre o jogo pesados impostos de modo a inibir a prática redirecionando as energias para o trabalho e prosperidade. Esperançoso num futuro de progresso, a partir dessas medidas, o jornalista pedia: “Oxalá, os nossos ecos não sejam ouvidos no deserto e que sejam aproveitados em beneficio de nós mesmos, porque assim veremos a nossa bella terra progredir no seu afã de trabalhos e prosperidades, de que muito precisamos”.³¹

Por sua vez, *O Commercio* de Patos de Minas, em 1912, mesmo reconhecendo que o “vicio esta enraizado profundamente em todas as camadas sociais . Todo mundo gosta de arriscar seu dinheiro nas rodas das loterias e nas casas de taboagem”,³² se posicionava contrário à possibilidade de legalização do jogo argumentando ser esta uma medida que confrontava a moral. Veiculava-se o temor de que a cidade e a região se transformassem na Mônaco do Estado de Minas Gerais, pois, segundo os jornais, a mocidade, que joga e se alcooliza, não demonstra interesse pelo trabalho preferindo viver em torno das mesas de jogos.³³ Com efeito, era necessário proteger a mocidade, pois se o “individuo, tem o direito de atirar sua fortuna pela janella, desgraçar a esposa, e reduzir os filhos à mendicidade, é um acto de liberdade. O direito, que não lhe assiste, porém, é o de perverter a mocidade e chafurdal-a na lama do vicio”.³⁴

Notamos que o jogo foi aos poucos significado como uma das faces negativas do mundo do trabalho. Assim ressoavam apelos às autoridades responsáveis pelos destinos do sertão, reclamando que tivessem

[...] dó desta mocidade em flor, que emmurchece, no começo do seu vicejar; tende dó destas esposas que passam as noites no abandono ao passo que seus maridos, vão perder nas pontas das ruas as economias da casa. Tende dó das inocentes creanças, que levantam as suas mãozinhas pequeninas, como suas almas angelicais, a pedir ao Pae do Céu, que vos inspire, afim de proibir o jogo nesta terra.³⁵

Com maior ênfase, os textos jornalísticos se ocupam de produzir as distinções entre uma sociedade viciosa e uma sociedade de trabalho. Mobilizando imagens da rua e da família, da vida e morte, o *Cidade de Patos* reitera as representações positivas instituidoras do mundo do trabalho e do caráter virtuoso do trabalhador. Assim

[...] as casas de jogo, abrem-se ao amanhecer e os jogadores pé ante pé, vão sahindo um a um da pocilga, e o transeunte madrugador que passar para a tenda de trabalho, recuará espantado, julgando assistir a exumação de um tumulto
Nesse tumulto todavia ainda ficou alguma cousa; são os vermes gordos que comeram a carne daquelle cadaveres, são os banqueiros, e enquanto o jogador vai para a casa, ora vomitando o sedimento da embriagues, ora praguejando e maldisendo o seus maldito azar, e enquanto elle envergonhado se dirige para o santuario do lar, onde repousam os entes queridos pedaços de seu coração, o homem trabalhador accorda abraça a esposa e beija os filhos e lá se vai lutar pela vida, trasendo para a casa ao cair da tarde a abundancia de seu parco salario, ganho pelo suor de seu rosto. Que contraste!³⁶

De um lado, cadáveres digeridos por vermes gordos; de outro, o homem trabalhador, que luta pela vida com o suor do seu rosto. A estratégia do discurso contrastante produz sobre o jogo a imagem de uma prática infernal. Entretanto, se configura também, mais uma vez, a estratégia de atribuir ao forasteiro, segundo o jornal “essa fezes do mundo civilizado”,³⁷ a culpa pelo enraizamento do jogo de azar nas terras sertanejas. Assim, lamurioso, o jornalista se pergunta como foi possível que o jogo em Patos de Minas adquirisse tamanha dimensão. A resposta é agressiva e reproduz implicitamente as qualidades de pacata e ordeira das populações da região. Ele afirma não saber como o jogo se enraizou, mas, o que sabe é

[...] que quando em vez, galgando penedias, afrontando as inclemencias de uma longa jornada, apresentam-se nesta terra, verdadeiras bateladas de jogadores, de todos os tamanhos e feitios, de todas as nacionalidades e de todas as raças; uns gordos, bojudos, sordidos como patacos de ventres insaciaveis, outros magros, esqueléticos de garras aduncas, todas estas fêses, dos lugares civilizados, são lançados, quando entra a primavera, para a cidade de Patos, como se lançam as immundicies para um cano de esgoto.³⁸

Para que o sertão se constituísse numa sociedade civilizada, os jornalistas e outros homens letrados identificavam como decisiva a atenção da força policial impedindo que homens de nacionalidades e raças diversas, como ‘dejetos’, contaminassem as terras salubres e enlameassem os caminhos do progresso.

As incitações à participação da polícia na limpeza das cidades surtem poucos efeitos, pois em 1917, levantando a suspeita de que o delegado de polícia fora subornado, *O Garoto* de Uberaba era incisivo na sua reclamação ao assinalar que continuavam

[...] para a vergonha de Uberaba, completamente francas, ou completamente abertas as casas de jogo, nesta cidade de manhã à noite. Não há brado de indignação, não há brado de justiça, não há brado de direito, de civilidade, de moral, de ordem, que faça com que os estranguladores de nossa Constituição, os infratores da nossa lei, os mercadejadores do direito e os vendilhões da justiça, exerçam uma opressão de dever contra o absurdo vício descontrolado que campeia impune na nossa sociedade, maculando o seu foro da moral e ultrapassando os limites da civilização.

Não temos auctoridade! Onde está o sr. Delegado que não vê as tavolagens francamente abertas, francamente expostas aos olhos do público?³⁹

A recorrência das reclamações e dos apelos para que as autoridades reprimissem os jogos de azar, tinha como intuito criar uma percepção exagerada, acerca da disseminação de uma prática que justificasse as reivindicações de uma participação moralizadora da polícia. Elas também sinalizavam as resistências das populações pobres – mas, não apenas – em introjetar os valores morais essenciais para a conformação social baseada na ordem, progresso e civilização. Aqueles agentes sociais que se contrapunham ao jogo entendiam, de maneira otimista, que a repressão vedaria esse meio de vida e encaminharia os jogadores, e entre eles os vadios, para o mundo do trabalho. Era essa a mensagem veiculada pelo *A Notícia* de Uberabinha, em 1919, assegurando que

Todo mundo sabe que infecta a nossa cidade grande quantidade de individuos, cujo meio de vida não pode ser outro senão o jogo. É prohibir este que uma boa parte dos vadios terão que se retirar ou procurar emprego.

Quem, à noite, der uma volta pelas ruas, há de ver, parado aqui e acolá pelos pontos mais escuros das ruas, ou entulhando os cafês, fazendo tempo para o ‘precioso serão’ à margem do pano verde, individuos cujos os modos e características denotam bem a necessidade de se haverem com a policia.⁴⁰

Em cidades como as do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, onde parte significativa da vida diária se desenrolava no espaço rural, a circulação pelas áreas urbanas permitia a caracterização e identificação de quaisquer condutas incomuns. Fossem esses indivíduos moradores locais ou forasteiros, na suspeição de seus comportamentos os estereótipos eram acionados buscando reprimir seletivamente os agentes da degeneração.

Em relação particularmente ao jogo, as ‘características que denotavam a necessidade de se haverem com a polícia’ significava suspeitar e reprimir homens, pobres, negros e mulatos, sem ocupação regular reconhecida socialmente, fossem eles moradores locais ou não.

Se no geral as medidas repressivas contra o jogo não apresentavam os resultados esperados, em alguns casos, ocorria o contrário. As medidas pareciam surtir os efeitos desejados. Em Monte Carmelo, a população, garantia um jornalista, aplaudia as ações desenvolvidas pelo delegado Francisco Palmério, que energicamente extirpava o cancro social que vinha consumindo as empreendedoras forças carmelitanas. Com essa finalidade,

[...] o remédio aplicado foi, ao que parece eficaz. Si as providencias tomadas forem continuas, se a vigilancia da policia não esmorecer, o mal não recrudescerá. Em consequencia disso, os bandos de vagabundos que infestavam as ruas da urbe, foram-se retrahindo, de maneira que muita gente, que so vivia do jogo, tem procurado occupação licita.⁴¹

O sucesso era tão mais festejado por dismantelar o jogo enquanto meio de vida e provocar a procura por meios lícitos de sobrevivência. Não era em vão, entretanto, alertar para que a vigilância não esmorecesse evitando o recrudescimento do mal, pois as notícias que chegavam de Uberaba, no final da década de 1920, informavam a respeito da licenciosidade absoluta que envolvia a ‘princesa do Sertão’ não apenas consumida pelos jogadores como também se transformando em palco para a venda de cocaína e outras substâncias entorpecentes. Repetindo os argumentos que explicitariam traços da deterioração moral, expressa na indisposição dos homens para o trabalho e para a família, o jornal pede atenção com “algumas casas com rotulos de Clubs, com pretensos estatutos, que não passam de antros de perversão, onde se bancam jogos de azar e prohibidos”.⁴²

Em Estrela do Sul, jornal homônimo fez publicar, em 1927, um artigo de Ruy Barbosa, falecido quatro anos antes. No texto, o político produzia uma diferenciação entre o encilhamento – caracterizado por ele como um rápido temporal típico de épocas de prosperidade e esperança –, e o jogo desenvolvido na “superfície do taboleiro verde” esse “grande putrefactor. Diatese cancerosa das raças, anemizadas pela sensualidade e pela preguiça, elle entorpece, aleja, desviriliza os povos nas fibras de cujo organismo insinuou o seu germe proliferante e inextirpavel”.⁴³ Ruy Barbosa assinalava ainda que o jogo

Permanente como as grandes endemias que devastam a humanidade, universal como o vicio, furtivo como crime, solapado no seu contagio como as invasões purulentas, corruptor de todos os estímulos moraes como o alcool, elle zomba da descencia, das leis, da policia, abarca no dominio das suas emanações a sociedade inteira, nivela sob a sua deprimente egualdade todas as classes, mergulha na sua promiscuidade indifferente até os mais baixos voluntários do lixo social, alcança no regime de suas seducções as

alturas mais aristocraticas da intelligencia, da riqueza, da auctoridade; inutiliza genios; degrada principes; emudece oradores, atira à lucta política almas azedas pelo calisismo habitual das paradas infelizes, à familia corações degenerados pelo contacto quotidiano de todas as impurezas, à concorrência do trabalho diurno os naufragos das noites tempestuosas da azar; e não raro a violencia das indignações furiosas, que veem estuar no recinto dos parlamentos, é apenas a ressaca das agitações e dos destroços das longas madrugadas do cassino.⁴⁴

Em suas evocações, Ruy Barbosa reconhece que nenhum indivíduo estaria livre de sofrer as conseqüências desse “fadario maligno”, que condena os homens aos infortúnios na terra e que apenas cessa quando “a piedade infinita do termo de todas as coisas lhe recolhe ao seio do eterno esquecimento os restos inúteis de um destino sem epitaphio”.⁴⁵ Para ele o jogo corrompia todas as forças que a natureza havia cedido aos homens, condenando à morte em vida o indivíduo e os seus semelhantes esperançosos de felicidade.⁴⁶

Como se vê, sobre o jogo de azar incidem as maiores censuras e condenações. Entretanto, no processo de constituição do mundo do trabalho e de invenção do trabalhador nacional, outras práticas tornar-se-ão a expressão do vício e do crime.

No combate à tríade maldita, o consumo de bebidas alcoólicas será focalizado visando a intervenção das autoridades regionais desde o final do século XIX. É o que se pode entrever observar na série de termos de bem viver produzida pelo poder policial e judiciário instalado na cidade de Uberaba.⁴⁷ As representações que se produzem sobre essa prática procuram caracterizá-la como uma doença social, aproximando-a do crime, pois inabilitaria e desviaria os homens do trabalho regular e morigerado.

Entre escravos e homens livres pobres em Minas Gerais, o costume ordenava o consumo. A historiadora Julita Scarano assinala que a aguardente feita da cana atraía a atenção da sociedade mineira colonial ao permitir, através da troca da cachaça com outros gêneros alimentícios, uma complementação da dieta das populações escravas e pobres, não obstante o seu consumo abrir espaços para encontros entre cativos e libertos, o que atormentava o conjunto dos proprietários, fazendo-os destacar os malefícios do consumo da cachaça identificado com os distúrbios e subversão da ordem.⁴⁸

Na literatura de Mário Palmério, encontramos referências aos usos da cachaça combinada ao café servindo de estimulante e aquecedor para o corpo diminuindo os efeitos das baixas temperaturas no sertão mineiro.⁴⁹ Os viajantes também registram sua presença nas festas populares. É o que se infere da menção de Saint-Hilaire à celebração de São João em terras goianas,⁵⁰ próximas às regiões investigadas.

O mesmo viajante se refere aos usos da cachaça como hábito de parte dos habitantes do arraial de Santa Cruz, em Goiás, produzindo imagens desqualificantes dos homens pobres e consumidores da aguardente. Segundo Saint-Hilaire, os homens se dedicavam

à cata do ouro nos leitos do rio Corumbá e Peixe, e as “vezes a fêria diária é proveitosa, mas quando eles conseguem amealhar alguns vinténs abandonam o trabalho, vão beber cachaça e gozar o ócio junto das amantes”.⁵¹ O que se destaca sob o olhar de um europeu é o abandono do trabalho e a entrega ao ócio.

Entretanto, sobre homens e mulheres pobres paira uma vigilância e uma intervenção que se traduzem em tentativas higienizadoras dos corpos e da força de trabalho, buscando destituí-los de sua periculosidade supostamente inata. Nesse sentido, as práticas sociais das classes pobres, entre elas o consumo de bebidas alcoólicas se constituíram, no final do século XIX e início do século XX, em objeto de reflexão para médicos, juristas, políticos, portadores de saberes renovados ou nem tanto, com os quais esgrimiriam propostas de reforma da sociedade.

No mundo do trabalho em conformação, essas intervenções se destacam pelo traço criminalizante que estabelecem para o consumo de bebidas alcoólicas. A historiadora Ruth Harris, analisando a Europa do final do século XIX, assinala que, com base nessa percepção, se operava uma distinção de classe social relativa ao entendimento das potencialidades criminais dos consumidores de álcool e as condenações e penalidades aplicadas aos indivíduos. Assim, os integrantes da burguesia não respondiam por crimes violentos cometidos em estado de embriaguez. “Em contraposição, os homens da classe operária eram considerados eminentemente capazes de destruir suas famílias através dos atos vis praticados contra as esposas e os filhos”.⁵²

No Brasil, Evaristo de Moraes produziu uma fórmula em que identificava classe social, educação e consumo de álcool – transformado em alcoolismo –, como equação do crime. Nas primeiras décadas do século XX o jurista brasileiro argumentava que

Ninguém contesta, de uma parte, que o abuso das bebidas alcoólicas seja atualmente muito mais intenso nas classes pobres, e, em especial, no seio do operariado; doutra parte, ninguém nega que a falta de educação dessas classes favorece a produção da criminalidade de origem alcoólica, porque, entre elas, não se opôs à ação do álcool a reação da cultura, da educação moral, da tradição familiar e de outros freios inibitórios. Nas classes superiores, a ação do álcool se revela menos intensamente, sem virtude da reação que lhe é oposta pela cultura, pela educação, pelo meio coletivo, já sensível aos escândalos do alcoolismo.⁵³

Nessa perspectiva os elementos civilizatórios – educação, cultura, moral, tradição familiar – mediavam a prática do consumo de álcool tornando deletérios os seus efeitos. Entretanto, ao que parece prevalecerá a primeira parte do argumento. Mesmo que a aproximação relacional entre consumo de bebidas alcoólicas e consecução de um crime não fosse objeto de consenso entre médico-legistas e juristas, a veiculação das representações em forma de teses médicas e jurídicas controversas produzia o estigma sobre o qual se

assentam as políticas de controle social que atingiam as populações pobres. Homens e mulheres pobres, consumidores de bebidas alcoólicas, a quem se atribuía a falta de educação e cultura, supostamente sem o esteio da família para lhes transmitir os valores morais eram vistos como criminosos potenciais, ameaças à ordem social que precisavam ser combatidos.⁵⁴

O médico mineiro Benjamim Moss, participando do VII Congresso Brasileiro de Medicina, realizado em Belo Horizonte, em 1910, criticava o código penal brasileiro por acolher como fator dirimente o crime cometido por sugestão alcoólica. Como solução Moss propunha não apenas a alteração do código penal, como a abertura de uma campanha contra a embriaguez, a criação de colônias penais para o abrigo e recuperação dos alcoólatras, a criação da Liga Brasileira Contra o Alcoolismo, que se encarregaria de disseminar uma propaganda e educação antialcoólicas.⁵⁵

Margareth Rago lembra-nos ainda que o controle do trabalhador, considerado um criminoso potencial, é lançado à dimensão das virtualidades. Ações preventivas propostas buscavam envolver a totalidade do cotidiano das classes populares, criando um ambiente propício para a projeção dos valores burgueses e sua incorporação pelos movimentos sociais de viés anarquista. Nesse sentido, segundo Rago, os porta-vozes do movimento anarquista veiculavam representações acerca do consumo do álcool pelos trabalhadores, em que o consideravam uma arma da dominação burguesa. E como arma dos capitalistas

[...] o álcool deve ser combatido: àqueles interessa o aumento de seu consumo pela classe operária, tanto economicamente quanto por mantê-la num estado de ignorância e de alienação política. Assim, o álcool é condenado no discurso anarquista como flagelo das classes trabalhadoras porque degrada o operário, transformando-o num ser embrutecido, arrasta-o para o submundo, entorpece seu raciocínio, retira-lhe as forças, a perspectiva e a iniciativa para a luta de emancipação social.⁵⁶

Uma prática se vê, pouco a pouco, enredada nesse duplo processo de criminalização. De um lado, era visto como entrave à instituição plena do mundo do trabalho, segundo as prescrições liberais; de outro, na perspectiva de parte do movimento operário, atrasava, quando não impedia, a realização da luta pela emancipação social.

As representações acerca do consumo de bebidas alcoólicas, particularmente as veiculadas através imprensa da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, desqualificavam seus praticantes como inviáveis participantes do mundo do trabalho. Desse ponto de vista o consumo, transformado em alcoolismo, afastaria os homens de suas obrigações laborais e incitaria a ação criminosa, contra as famílias, a propriedade, os valores cristãos.

Com efeito, o jornal *O Progresso* em 1912 informava seus leitores a respeito do assassinato de Natali Candelori, italiano, e agricultor de setenta e tantos anos que, “enfraquecido pela idade veio para o município de Uberabinha com a mulher e abriu uma vendinha de que ia tirando os meios de sobrevivência”.⁵⁷ Estabelecendo uma comparação entre Candelori, o ambiente da cidade e seus alagoes, o texto reitera que a população, pacata e ordeira, fora surpreendida pelo acontecimento de um “barbaro assassinato na pessoa de um pobre velho inofensivo e bondoso, geralmente estimado [...] sempre atirado a uma vida laboriosa e honrada”.⁵⁸ Esse imigrante teria sido alvo de “ferozes assassinos [...] trez malvados excitados por repetidas libações alcoolicas, que lhes despertaram os instintos sanguinarios”.⁵⁹ Em meio à apresentação do consumo de bebidas alcoólicas como responsável pela ação criminosa, destacam-se suas outras conseqüências, tão drásticas, quanto o assassinato, que dizem respeito aos obstáculos que a prática interpõe à construção de uma vida laboriosa e honrada.

A narrativa do acontecimento, fundamentando-se num jogo de oposições binárias, aponta para a significação em que a sociedade do trabalho e da ordem estabelece um enfrentamento contra criminosos natos, bárbaros que se revelam após o consumo de bebidas alcoólicas.

A bebida alcoólica será também denunciada por seus poderes degenerativos. Assim, o jornal *O Commercio* de Patos de Minas, reproduzindo um pequeno artigo publicado no jornal *Lavoura e Commercio* da cidade de Uberaba, procurava caracterizar o seu consumo como uma doença. Desse modo, o artigo destacava

Como é repugnante, como nos causa asco a pessoa que bebe e se embriaga! Que aspecto horripilante apresentam estes entes dominados por essa enfermidade que aos poucos vae abreviando a vida, a conduzindo para a estrada da amargura!

É uma chaga cancerosa que se aninha na humanidade sem que por isso se envergonhe. Os que possuem, jamais poderão ter um nome elevado na sociedade em que vivem. Habitado a beber a todo o momento é atormentado por elle e em qualquer parte onde estejam presentes os há de saciar o appetite venenoso que corrompe os bons costumes. O homem que a elle entregou de corpo e alma esquecerá de seus deveres sagrados. Sim, esquecerá da família, dos amigos e dos filhos, porque a paixão do vicio o tornará inerte, na embriaguez.

É despresado, como um cão leprento, servindo de escarnio ao popular.

Terminará tragicamente a sua vida, morrendo sem receber o ultimo adeus da despedida do seio da familia e sem ter um balsamo lenitivo que o consolasse nos ultimos momentos de vida.⁶⁰

No seu processo de degeneração provocado pelo consumo excessivo de álcool, os homens doentes expressariam a sua face animalesca e desprezível. O esquecimento de seus deveres cristãos – trabalhador, esposo, pai –, resultado de uma vida adoecida, im-

plicariam, conforme assinala o jornalista, em dificuldades para o trânsito de sua alma no mundo celeste. O alcoolista, nessa perspectiva, se sujeitava a uma vida de escárnio na terra, e de penitências nas alturas.

O consumo de bebidas alcoólicas transforma-se numa atitude moralmente condenável em que se ressaltavam as perdas que o hábito provocava. Assim, um jornalista do *Cidade de Patos* transcrevia em sua coluna uma história que se passara em Nova Orleans, nos Estados Unidos da América. A narrativa alude a uma palestra entre alguns jovens que bebiam em uma taverna da cidade no frio mês de dezembro no instante em que “um miserável vagabundo [...] um desgraçado acorrentado ao cepo da miseria pelos elos da embriaguez” passa a contar aos jovens as suas derrotas na vida provocadas pelo “copo de vinho”. Ele perdera a mulher, filhos, amigos, o lar. Antes de perder os “bons instintos” ele fora um homem jovem como os seus ouvintes, mas “tudo desapareceu na voragem da bebida forte!”. Esse derrotado orador que oferecera aos jovens interlocutores exemplos de uma vida sem sentido desapareceu na escuridão fria. Seu “discurso, porém, causou uma impressão profunda. Todos sentiram, que tinham recebido uma lição terrível, da qual se lembrariam enquanto vissem, e quando deixaram a taverna, as palavras do pobre vagabundo soavam ainda em seus ouvidos, como palavras de um aviso solenne”.⁶¹

O articulista recuperava a história com o objetivo de exemplificar aos moradores de Patos de Minas os destinos reservados aos “borrachos” habituais. Ele considerava que a ordem cidadina estava ameaçada, pois o

[...] vício da embriaguez, nesta cidade, campea de um modo tal [...] a cadeia transborda de criminosos” A mocidade amanhece à porta das tavernas, bebendo e os velhos graves, circumspectos ficam envolta do fogão, saboreando sua *queimadinha*, ora porque estão constipados, ora para não se constiparem ninguém viaja sem levar um pau de pinga; os pharmaceuticos pedem duzias de remedios de Granado, e os borrachos bebem remedio de Granado e pinga por cima.⁶²

A instituição do mundo do trabalho implicava a recusa dessas práticas. Em meio a variações de significados consumo de bebidas alcoólicas, como o articulista deixa-nos antever, que fazia parte da vida diária das populações sertanejas é criminalizada, pois dele derivariam a vadiagem, o desrespeito pela família e pela comunidade, numa afronta aos valores cristãos.⁶³

As tentativas de convencimentos empreendidos pelos jornais produzem imagens que buscam sensibilizar diretamente os leitores, ao relatarem experiências individuais integrantes do cotidiano das cidades. Com efeito, no esforço de reiterar as representações desqualificantes das práticas do uso de bebidas alcoólicas, o jornalista do *Cidade de Patos* nos remete a um personagem urbano, o Ferrugem, uma “figura exquisita” que

vaga pelas ruas de Patos de Minas, esmolando e jogando cartas no *bas-fond* da cidade. A estratégia do jornalista é, a partir da descrição da vida de um indivíduo conhecido dos leitores, demarcar um antes e um depois, mediado pela bebida. Assim ele não deixa os leitores esquecerem que o “Ferrugem já foi alguma cousa na vida: lê e escreve com desenvolvimento, exercendo por vezes, a espinhosa profissão de professor da roça. Victima do alcoolismo, já tendo fruido uma vitalidade mais ou menos robusta, assiste impassível os progressos de uma degeneração”.⁶⁴ Um homem que detinha as condições físicas e intelectuais para ser um participante qualificado do mundo do trabalho, deixou-se apanhar pelo vício tornando-se “cousa [nenhuma] na vida”.

Como se observa, o objetivo é fazer prevalecer as representações sociais que opõem trabalhadores morigerados à ociosidade e vadiagem provocadas pelas libações alcoólicas. Desse modo, em forma de sátira com intenções pedagógicas, o *Cidade de Patos* publica uma confissão do álcool criminoso em que esse personagem declara:

Sou o maior criminoso de todos os tempos
Tenho matado mais homens que todas as guerras reunidas.
Tenho transformado o maior dos homens em brutos.
Tenho feito milhões de lares infelizes.
Tenho transformado muitas vidas jovens e esperançosas em objectos parazitas.
Destruo o forte e faço do forte fraco.
Faço o sabio tolo e afogo o tolo na sua tolice.
Armo o laço ao innocente.
Derroco à lei quando ella se me oppõe.
As esposas abandonadas, os filhos esfomeados, os pais cujas cabeças foram cobertas de cans, pelas magoas que lhe causam filhos viciosos; todos esses me conhecem.
Tenho arruinado milhões, e se me permitirem arruinarei milhões de milhões.
Eu sou o alcool.⁶⁵

O álcool é transformado em protagonista que realiza seus crimes apossando-se do corpo e da alma dos desavisados e despreparados consumidores que o iniciam por pangeda, para abrigar das dores da alma, passando a beber por costumes em breve se tornam viciosos.

As posições anti-alcoolistas reverberam no sertão mineiro. Nesse sentido, um jornal da cidade de Sacramento propunha ao governo brasileiro que proibisse definitivamente o consumo de álcool. Ao fazê-lo, o jornalista F. Azevedo retoma as representações que opõe o consumo de bebidas alcoólicas ao trabalho, à família, à sociedade ordeira e pacata, assinalando que,

O uso do alcool é talvez o mal que esta mais em moda no Brazil, e é [no] entanto o que maiores damnos causa, não só porque torna o individuo inapto para todo e qualquer trabalho [...] si não também porque arruina-lhe a saude e os bens quando porventura os

possue e transforma em escarneo da sociedade [...] a pessoa valente quando embriagada, provoca disturbios, insulta, profere palavras obscenas e lembra em leão enraivecido.⁶⁶

As representações dos consumidores de bebidas alcoólicas como homens inaptos ao mundo do trabalho emergem em abundância e circulam na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba festejando, ao final da década de 1920, a campanha antialcoólica empreendida pela Liga Brasileira de Hygiene, em que o objetivo era não apenas curar os enfermos acometidos pelo vício, mas, também prevenir novos ingressos no mal. A campanha era tanto mais necessária, posto que, mesmo com os alertas dos médicos e outros homens de ciências quanto aos riscos dos usos abusivos do álcool, através da prescrição de noções de higiene, seus efeitos mostravam-se reduzidos.⁶⁷ Notamos, entretanto, que a condenação e a criminalização do consumo do álcool passavam por um processo de relativização em que o ‘consumo excessivo’ transformava-se em questão de saúde pública, objeto de intervenção da medicina social.

Com efeito, evidencia-se um estímulo, ainda incipiente, ao consumo de bebidas alcoólicas, veiculadas com base num argumento, retratado como científico, de que o álcool “usado moderadamente pode ser um poderoso estimulante das funções vitais, e, até, um agente terapeutico de primeira ordem”.⁶⁸ Essas posições mais flexíveis com respeito à ingestão de bebidas alcoólicas podem ser relacionadas aos desenvolvimentos dos processos de industrialização da produção de bebidas alcoólicas, especialmente a cerveja, e à instalação de estabelecimentos fabris dessa natureza na região do Triângulo e Alto Paranaíba, acompanhados da necessária formação de um público consumidor.⁶⁹

As dinâmicas dos processos de modernização introduzem as práticas de consumo de estimulantes vitais os mais diversos. Nas representações desses novos hábitos e comportamentos predominaram as perspectivas de vigilância que articulavam a qualidade e a quantidade dos produtos consumidos, produzindo definições sociais de legitimidade quanto aos usos, estabelecendo-os como uma característica da vida moderna. Como assinala o historiador Nicolau Sevckenko os usos de estimulantes tornaram-se

Tão indispensáveis para todas as pessoas de disposição imediata, rapidez de reflexos e agudez de concentração, que cada vez mais cada qual define uma engenharia própria de auto controle das suas energias, acelerando ou refreando várias vezes ao longo do dia seu equipamento psicomotor com o uso de substâncias artificiais.⁷⁰

O café, o álcool, o jogo, compõem esse quadro acrescido do consumo dos cigarros e da cocaína. E os cronistas do sertão, talvez influenciados pelos ares metropolitanos, não deixaram de registrar e condenar o uso desses ‘novos’ estimulantes.

O Dr. Adélio Maciel, didaticamente, conta-nos a história do tabaco, as suas formas de contaminação aguda e crônica. Esta última provocada pelo consumo de cigarros, descrita da seguinte maneira:

Tóxico de acção lenta o tabaco actua sobre todas as partes do organismo, os seus efeitos maléficos se manifestam com o correr do tempo, e sem que o fumante delles se aperceba, produzindo uma série de afecções ou preparando terreno para a evolução de outras moléstias, conforme a constituição de cada individuo.⁷¹

Maciel descreve os malefícios à saúde orientando os fumantes a deixar o vício pela mediação da vontade racional e não pela ingestão de drogas milagrosas anunciadas nos jornais.⁷²

Por outro lado, *O Corisco*, de Uberabinha, reivindicava a ação policial enérgica contra os consumidores e vendedores de cocaína que segundo o articulista desfilavam livremente pela cidade. Caso não fosse tomada nenhuma medida contra essa imoralidade, ele ameaçava denunciar publicamente através do jornal os nomes dos “cynicos criminosos, como os responsáveis indirectos pelo nosso convívio com a tropa mercenária”.⁷³

A qualificação dos usos das substâncias ‘estimulantes’ será mediada pela condição de classe social, etnia, gênero e geração e também pelas determinações da instituição do mundo do trabalho. Ou seja, elas serão censuradas e proscritas na medida em que expressem práticas sociais das classes pobres e representam obstáculos que dificultam a seus consumidores entregarem-se ao trabalho regular e morigerado, inviabilizando o projeto de fabricação dos trabalhadores nacionais.

Os elementos componentes da *tríade maldita* – jogos, álcool e prostituição –, discursivamente são articulados a outras presenças que configuram o mundo da (des)ordem: o vadio, o criminoso, o mendigo, o louco. Entretanto, a prostituição encerra uma particularidade, pois faz emergir temáticas incômodas – mulher, corpo, sexualidade –, não à produção de saber científico,⁷⁴ mas à sua funcionalidade no processo de implementação estratégica do controle social, que se institui a partir da segunda metade do século XIX.

Se as fontes jornalísticas, a despeito de sua descontinuidade, são abundantes em tratar de ‘jogadores’ e ‘bêbados’, em relação à prostituição as referências tornam-se esparsas: por um lado, evidenciando constrangimento das elites locais em tratar diretamente do tema; por outro, explicitando o caráter ambíguo das representações acerca, da prostituta e da prostituição, veiculadas nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. No imaginário social a presença e ausência da mulher prostituída podem significar ordem e desordem social.

Analisando as casas de prostituição francesas e a vida cotidiana das prostitutas, Laure Adler nos possibilita uma antevisão da amplitude das ambigüidades instituídas pelas representações sociais da prostituição. A historiadora assinala que

A burguesia digere selvaticamente a sua nova fortuna e, no furioso anseio de imitar o comportamento da aristocracia, pensa no amor de outra maneira. É certo que a trans-

missão do capital exige uma preservação bem ordenada, um papá, um filhinho, uma boa educação assegurada por uma mamã com a cabeça no lugar. Mas, por detrás do verniz dessas convenções sociais, as fronteiras da decência tornam-se cada vez menos nítidas e os códigos do desejo vão-se transformando imperceptivelmente. A mulher submissa excita cada vez menos os homens, ao passo que a mulher livre – pretensamente livre – que vai ao encontro deles, lhes atíça o desejo.⁷⁵

Esses novos códigos dos desejos projetam sobre os corpos femininos uma dupla funcionalidade: a maternidade ordenada e a sexualidade insubmissa. Nessa última, os homens devem buscar a satisfação dos desejos suprimidos pelos temores de comprometimento da ordem social em seus aspectos materiais e morais. Com efeito, as representações acerca das prostitutas e da prostituição ressaltam os seus papéis reguladores dos desejos sexuais.⁷⁶ Apropriando-se dessa perspectiva, os médicos que veiculavam essas figurações no século XIX defendiam a regulamentação dessa atividade.⁷⁷ Para o médico J. F. de Souza a prostituta apresentava-se como uma válvula de segurança social. Ela, afirmava o médico,

[...] tem vivido e viverá sempre no seio de todas as sociedades, como um benefício à honra e probidade do lar das famílias, que tem aí como que uma válvula de segurança. O instinto cria no homem a força, a exigência da animalidade; refreai as grandes faculdades, tereis o idiota, o escravo, o nababo, retrai, porém, o instinto, tereis o criminoso.⁷⁸

Os corpos das prostitutas se constituíam em lugares de manifestação da livre e inata sexualidade masculina. Entretanto, essa ‘válvula de segurança’ conduzia também uma ameaça. A prostituta era vista como uma mulher perigosa. Para que os perigos que ela enfeixava não se materializem, comprometendo o ordenamento social e contaminando a sociedade, era imprescindível que se produzisse e se inscrevesse sobre esses corpos e suas sexualidades o discurso verdadeiro,⁷⁹ representações que sustentavam, na passagem do pecado à doença, sua circunscrição a espaços que resultassem – e permitissem – nas intervenções das ciências médicas evitando que ‘a distorção da natureza’ invadisse o mundo do trabalho ameaçando a família, a sociedade e a nação.⁸⁰

Nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, nas primeiras décadas do século XX, predominaram, a despeito dos argumentos de defesa da regulamentação da prostituição, as representações da prostituta como uma ameaça social.

O historiador Antônio Pereira da Silva conta-nos o episódio em que a primeira cadeia pública da cidade de Uberabinha foi batizada de Miquelina. Segundo Antonio Pereira a cadeia fora erguida no final do século XIX, quando se instituiu a comarca, e

[...] o tempo foi passando sem que se apresentasse um arruaceiro qualquer para ser preso. A comunidade se contorcia na curiosa expectativa: quem seria o primeiro?

Até que veio.

Havia na pequenina cidade uma prostituta bagunceira chamada Miquelina. Foi quem teve a honra de inaugurar a dita prisão. Miquelina, bêbada, aprontava enorme escândalo quando um soldado passou-lhe a mão e arrastou-a para o xilindró. Bateu o sino. Verdadeira festa. Não só o carcereiro, mas o povo todo acorreu pressuroso para ver quem seria o preso inaugural – pois era Miquelina! E a cadeia recebeu nome batismal no ato: virou ‘Miquelina’.⁸¹

Bagunceira, bêbada e escandalosa: são esses os atributos da Miquelina, prostituta memorizada, cuja ameaça teria sido providencialmente contida na festiva inauguração da cadeia.

Na medida em que os processos de urbanização avançavam na região, desde os finais do século XIX, as elites manifestavam o desejo de um espaço público constituído por sociabilidades distintas baseadas em hierarquias de classe social, sexo/gênero, raça/etnia. Contudo, as presenças indesejáveis expressam as dificuldades em se estabelecer o ordenamento urbano desejado. O convívio público com as prostitutas provocava constrangimentos aos ‘cidadãos’. Confrontado com a nova situação que a urbes, mesmo precária, proporcionava, um jornalista de Uberabinha propunha, em 1916, que as distinções sociais fossem restabelecidas. Assim ele se declarava, com voz plural:

Não queremos ser palmatoria do mundo e nem darmos regras de bom tom.

Mas em todos os lugares, até no céu, há distinções, classes e hierarquias. Em todas as cidades adiantadas as decahidas tem residencias determinadas pela policia, nas repartições e passeios publicos têm lugares determinados para cada classe.

Só aqui, em Uberabinha, não se observa isso. Na igreja é uma lastima. No jardim, então, nem se fala.⁸²

Uma cultura da segregação motivada por fatores de classe, gênero raça e geração, é, ainda, característica marcante nas cidades da região analisada. Essas formações sociais, nesse sentido, experimentaram uma nítida demarcação e diferenciação estabelecidas por esses fatores, nas ruas, praças, bares, cinemas, clubes e casas de prostituição, que há muito pouco tempo, três ou quatro décadas, tem se fragilizado.⁸³ Particularmente em relação às prostitutas serão recorrentes as solicitações para que a polícia restringisse a sua mobilidade e evitasse o seu convívio com as ‘famílias honestas’.

Nessas solicitações os preconceitos se entrecruzam produzindo representações que explicitam os mecanismos estigmatizantes. Assim, um jornal de Uberabinha reclamava providências ao capitão Torres, sugerindo que ele mandasse “pegar essas pretas vadias que só sabem fazer avenida e cemiterio novo, mande pegal-as, cortar-lhes a *gaforinha*, dando-lhes *passaporte* lá do Hotel do Governo [...]”.⁸⁴ As mulheres honradas não deveriam andar sozinhas pelas ruas da cidade. Transgredir essa norma significava colocar-se

sob suspeição. Se a conduta inadequada fosse efetivada por uma mulher negra esses índices de suspeição se elevavam. O texto, em tela, denunciava duas condutas: uma, indesejável, a prostituição; outra, inadmissível aos olhares cristãos, o aborto.

Para as mulheres, em especial para as mulheres pobres e negras, caminhar pela cidade era uma ação envolta em riscos. No mundo do trabalho, ser pobre e viver sem atividade lícita, publicamente identificada, significava expor-se às suspeições e estereótipos. Com efeito, a “mulher *sem trabalho* é vista portanto, como uma prostituta em potencial”.⁸⁵ Por outro lado, as mulheres pobres e trabalhadoras podiam recorrer à prostituição, temporariamente, como recurso para complementar seus parcos ganhos, ou mesmo suprir a existência familiar quando estavam desempregadas.⁸⁶

Versando sobre as Minas Gerais setecentistas o historiador Luciano Figueiredo referiu-se à prostituição como um meio de sobrevivência alternativa para mulheres, mulatas e negras, libertas.⁸⁷ A prostituição esporádica era um dos recursos na luta das mulheres pobres pela sobrevivência. No entanto, esse comportamento alimentava a produção e veiculação de representações que identificavam a potencialidade das mulheres à prostituição e outros crimes e imoralidades, informando a misoginia e a vontade de domesticação das mulheres em uma ordem ainda patriarcal.⁸⁸

A despeito das vontades de segregação explicitadas pelas elites locais, os processos de modernização contribuíam para precipitar encontros entre a ‘boa sociedade’ e os indesejáveis. Em Uberabinha o jornal *A Tribuna* vocalizava as reclamações ao noticiar que

Muito se tem dito da Mogyana e não foi tudo. Diversos cavalheiros da nossa melhor sociedade pediram-no que fizéssemos a reclamação que ai vae, de cujos resultados não temos muita esperança. Os passageiros que viajam com suas famílias no percurso de Araguay a Ribeirão Preto passam pelo vexame de ver sentados, ao lado de sua esposa e filha, de prosa com meretrizes... os guardas do comboio! Viva!⁸⁹

Em 1916 o jornal *O Binoculo* publicou um artigo em que se explicitava o temor de que o crescimento e embelezamento da cidade e a transformação das relações sociais resultasse num processo de indistinção social. Assim, com um traço de ironia, Xisto reivindicava a restituição dos espaços às hierarquias, ressaltando que,

Uberabinha não podia andar mais do que tem andado, de tempos para cá. Com as suas avenidas e ruas formosas, praças e largos ajardinados, substituindo as ruínas e os atoladouros de outr’ora, viram coisas outras até então esquecidas do pessoal de antanho... Vieram automoveis carregando *madames* à tarde mesmo na lata das exmas. famílias e da gente boa, o que muitas vezes tem obrigado os bons delegados a agirem. Vieram os *dandys* de esquina, educados na leitura diária das fitas do cinema, a se portarem em frente à casa de suas *ellas*, desafiando a acção de um bom par de porretadas da parte dos respeitaveis paes das mesmas.

Vieram ainda os maxixes e tangos de requêbro, que passam a ser dançados pela gente boa e na melhor sociedade que fica, por tal modo, equiparada à honesta roda dos subúrbios da chapada...⁹⁰

Da privilegiada visão do *Binóculo* a modernidade é retratada como um caos que proporcionou a mistura e o contato de prostitutas, vadios, estelionatários, homicidas, ladrões, toda a sorte de desqualificados, com a população ordeira e pacata, infligindo à cidade, em altíssimo custo, a transformação da Canaã em ‘Babilônia Mignon’.

A aproximação indesejável e intolerável – ao menos naqueles espaços – colocava em risco o pilar da ‘melhor sociedade’: a família. As autoridades científicas, administrativas e policiais se mobilizavam para evitar o contágio. Por seu turno, como aponta Sueann Caulfield para a cidade do Rio de Janeiro podendo referenciar as análises à Oeste das Minas Gerais, as prostitutas se aproveitavam da falta de coesão entre os programas de controle e repressão e circulavam pelas, e entre, as cidades, expondo-se à visibilidade⁹¹ e materializando “gestos hábeis do ‘fraco’ na ordem estabelecida do ‘forte’[...]”⁹²

Os gestos hábeis dos fracos na cidadela dos fortes atravessam a documentação. Desse modo, analisando os processos criminais da cidade de Uberabinha, relativos aos anos de 1920 e 30, a historiadora Renisia Garcia nos mostrou a presença insidiosa dessas mulheres que transitavam no espaço urbano e eram encontradas no bordel da Peppa, no bordel da Maria, ou prestando serviços domésticos aos familiares, ou às patroas carentes de mão-de-obra.⁹³ Elas poderiam ser encontradas também no bordel da Cota Beba, na Lagoinha, nos subúrbios de Patos de Minas.⁹⁴

As habilidades táticas das mulheres pobres e negras fazem com que os guardiões da moral se expressem em termos cada vez mais agressivos explicitando o traço sexista e racial de seus pontos de vista. Observa-se, então, uma reclamação no jornal *A Tribuna* de Uberabinha, cujos termos, hoje constrangedores, revelam os níveis e as complexidades dos conflitos sociais estabelecidos no espaço incipientemente urbano. Argumentava o texto que,

A quem não tem o que fazer aconselho uma ótima distração: andar pelas ruas a observar o movimento das creoulas. Isto deve ser de preferência aos domingos e dias de festa. Ah!...é uma pandega. O pessoal chic sae a campo, ostentando com todo o rigor toilletes *au dernier* cri, fazendo footing em palestras animadas ou, as moçoilas agarradas aos braços de seus namorados babosos.

De manhã à noite, até dêz horas, a creoulada vaga pelas ruas. Algumas, mais desembaraçadas, pela roupa, conversa e modo requebrado de andar, embevecem papalvos e fazem comichão a policia.

É um gosto ver uma creada passar pelo patrão, na rua. Aprumada, com pose e focinho virado, ella passa, sem ao menos perguntar se foi a patroa que fez o jantar.

E não se incomodam.

Muitas quando vão ‘cumbina o ajuste’ já desfiam o rosário: não durmo no alugue. Domingo não faço janta, não agüento imposição, etc...

É bastante longo o rosário que as vezes só termina com a intervenção da outra parte contratante: bem desinfecte; você não quer trabalhar.

As creoulas d’aquí, se tivessem instrução seriam um elemento perigoso a estabilidade sócio-marital dos homens, fariam delles um seu, qual, com quem por-se-iam no campo da concorrência.

Se madame Pankust pudesse contar com esse elemento na sua casa teria triunfado.⁹⁵

Todo comportamento que não expresse a total dedicação ao trabalho, acompanhada da absoluta submissão às formas de dominação vigentes – aos homens e patroas – faz com que mulheres negras e pobres sejam representadas como seres inferiores e animais-cos. Como podemos observar o texto utiliza uma caracterização das diferenças humanas produzida nos séculos XVIII e XIX quando uma certa antropologia gestava as estruturas do racismo científico.⁹⁶ Essa perspectiva racial emergirá sempre que a presença e a participação social das mulheres e homens negros, nos espaços públicos, ou privados, não corresponder às expectativas das elites locais e seus porta-vozes, configurando-se numa das características do racismo à brasileira: subsumido pela incorporação das representações da *democracia racial* ele vem à tona quando o mais simples conflito se evidencia.

De outro modo, essas mulheres tratadas com suspeição são representadas nos textos jornalísticos em situações diversas, quase sempre relacionadas a um evento dramático e que reiteram os estereótipos que, de longa data, desqualificam as mulheres. Em 1915 o jornalista do *Cidade de Patos* que se ausentara em viagem a Carmo do Paranaíba – cidade que, segundo ele, ressurgia das ruínas graças aos seus “filhos dedicados e amantes do torrão natal” –, registrou acontecimentos, entre eles um em que se envolvia

[...] uma misera mulher, dessas infelizes cujo genero de vida somente inspira compaixão, soffrendo dôres cruciantes em consequencia de fortes queimaduras na parte superior do tronco, e nos braços – A infeliz tentara suicidar-se, incendiando as vestes, previamente ensopadas em kerosene. O seu estado inspira cuidados.⁹⁷

Relatos envolvendo mulheres cujo ‘gênero de vida inspirava compaixão’ se repetem no *Cidade de Patos* tais como a tentativa de suicídio da “horizontal Dorcilina que, socorrida, ainda vive, porém, em lamentavel estado”, e a morte da “desventurada Izu” que também ateou fogo às vestes.⁹⁸ O motivo das tentativas, bem sucedidas ou não, de suicídio nos escapam. Talvez a precariedade da vida material, desilusões, desesperanças. Entretanto, mais que inspirar compaixão esses relatos reiteram as representações acerca da periculosidade dessas mulheres. Suas veiculações reforçam a perspectiva de se estabelecer de forma imprescindível, para o bem da sociedade, o controle das sexualidades e os cuidados com a prostituição.

Ganhava força o ponto de vista de que se ocupar da prostituição, controlar e normalizar suas manifestações significava, também, cuidar da família, núcleo moral do mundo do trabalho. Nesse sentido, um jornal de Patos de Minas chama atenção das autoridades para as meninas que todas as noites andam sozinhas pelas ruas da cidade e,

Uma vez que tem paes que não sabem zelar pela innocencia de suas filhas, é preciso que a auctoridade faça com que ellas se empreguem em alguma casa de familia honesta, preservando-as assim de perderem-se como tem acontecido com muitas.

É um serviço importantissimo que, sob consciencia, não pode deixar de ser prestado à sociedade, que é tão ciosa da honra da mulher.

[...] A bem da moralidade e do futuro d'estas mocinhas, que novamente, as providencias não se farão esperar a respeito.⁹⁹

As meninas pobres têm sua inocência ameaçada. O descuido, a pouca atenção com as filhas, justificam o traço genérico do aviso a todos os pais pobres, justificam também a sugestão de troca da autoridade paterna pela pública, que se incumbiria de restituir a essas meninas uma vida reta e de garantir a sua moralidade, presente e futura. Reafirmava-se a visão de que o que atenuaria ou eliminaria a virtual periculosidade dos pobres seria o trabalho. A prescrição, recomendando fazer com que as mulheres sob suspeição se entregassem ao trabalho morigerado, é o mote da ação regeneradora, comum tanto às 'pretas vadias' e às 'moças pobres' e 'inocentes'. A ordem social e moral derivariam da família vigilante e da vigilância à família.

Preocupar-se com a família é também ocupar-se do futuro da pátria. Com esses argumentos o Dr. Euphrasio Rodrigues, médico residente em Patos de Minas, publicou vários conselhos às mães e esposas, em que abordou o problema da sífilis, assinalando que ao contrário de se preocupar unicamente com os bens dos nubentes as famílias, sobretudo a da noiva, os pais deveriam se preocupar com o estado de saúde daquele a quem se entrega a casta filha. O Dr. Rodrigues também conjurava aos moços que fossem

[...] mais humanos e mais criteriosos, e não tireis uma jovem da casa de seus paes para dar-lhe o mais triste dos destinos, inoculando-lhe o virus syphilitico, que apanhastes nas enxurradas, nas noites das bachanaes, quando se adora Epicuro na alcôva e se dedilha Lamartine ao luar; lembrai-vos que ellas serão as mães de vossos filhos e que, como parte mais fraca, terão por certo maior quinhão de desgraça, quando a syphilis durante annos corroer aquella a quem infectastes com a seiva de tua vida [...] se apezar disto ninguem se corrige; mais tarde, quando a republica exigir cidadãos, quando a patria pedir a seus filhos que morram sem recuar; apenas encontraremos entes pestilentos, inuteis, como acontece uas gerações bastardas, incapazes para qualquer trabalho, amaldiçoarão com justa razão aquelles que lhe deram o ser.¹⁰⁰

A nascente república se mostrava carente de cidadãos e trabalhadores. Suas ausências ameaçavam o futuro da pátria. Sobre as mulheres prostituídas pairava um duplo olhar

que prescrevia a necessidade de controlá-la, admitindo-as como obstáculo à desordem moral e material. Contudo, a constituição de seu oposto, as ‘mulheres honradas’ se caracterizava pela redefinição dos papéis sociais das mulheres, que deveriam assumir a missão de participar da construção da nação civilizada, através da formação – liberal e cristã – de cidadãos e trabalhadores, enfim, homens que se distanciassem da *triade maldita*.

Recebido em abril/2009.

Notas

* Este artigo, que dedico aos historiadores Antonio Pereira da Silva e Antonio de Oliveira Melo, é parte de minha tese de doutoramento desenvolvida no PPGHIS-UnB entre 2004 e 2008, sob a orientação da profa. Diva do Couto Gontijo Muniz.

** Professor-Adjunto – Instituto de História – Universidade Federal de Uberlândia. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP e Doutor pela Universidade de Brasília – UnB. E-mail: florisvaldo.jr@uol.com.br

¹ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. *Costumes em comum*. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 298

² DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *O cotidiano dos trabalhadores na República*. São Paulo, 1889 – 1940. São Paulo, Brasiliense, 1990.

³ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *O prazer justificado*. História e Lazer. São Paulo, 1969/1979. São Paulo: Marco Zero, 1992. Ver também ALMEIDA, Antonio. *Experiências políticas no ABC paulista: lutas e práticas culturais dos trabalhadores*. Uberlândia, EDUFU, 2009, p. 163 – 196.

⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1990, p. 244.

⁵ RIBEIRO JR. Florisvaldo Paulo. *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional*. Minas Gerais, 1888-1928. Tese (Doutorado em História) Brasília, PPGHIS-UnB, 2008, pp. 87 – 111.

⁶ LYNCE, Léo. O jogo, o alcool e o lupanar. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 89, 28 jul. 1912, p. 1. Acervo LEPEH. (Laboratório de Ensino e Pesquisa em História do Centro Universitário de Patos de Minas)

⁷ SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. NOVAIS, Fernando (Org.). *História da vida privada*. República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p. 513-620.

⁸ O JOGO nesta cidade. *O Progresso*, Araxá, 21 jun. 1892, p. 1. Acervo HH. (Hemeroteca Histórica – Superintendência de Bibliotecas Públicas do Estado de Minas Gerais)

⁹ Ibidem.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ PROMOTORIA da Justiça. *Gazeta de Uberaba*, Uberaba, n. 1475, 08 dez. 1901, p. 1. Acervo HH.

¹² RODRIGUES, Dr. Euphrasio. O Jogo. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 1, 18 nov. 1906, p. 1. Acervo LEPEH.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ A PAIXÃO do jogo I. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 13, 10 fev. 1907, p. 2. Acervo LEPEH.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Ibidem.

¹⁸ A PAIXÃO do jogo II. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 14, 17 fev. 1907, p. 2. Acervo LEPEH.

¹⁹ Ibidem.

²⁰ A PAIXÃO do jogo III. *O Trabalho*, Patos de Minas, n. 15, 24 fev. 1907, p. 1. Acervo LEPEH.

²¹ Ibidem, p. 2.

- ²² A PAIXÃO do jogo IV. *O Progresso*, Patos de Minas, n. 16, 06 mar. 1907, p. 2, 3 (destaques no original). Acervo LEPEH.
- ²³ ACTUALIDADES. *O Sport*, Araguari, n. 22, 30 out. 1910, p. 3. Acervo HH.
- ²⁴ *Ibidem* (destaques nos originais).
- ²⁵ *Ibidem*.
- ²⁶ ACTUALIDADES. *O Sport*, Araguari, n. 23, 06 nov. 1910, p. 2 (destaques nos originais). Acervo HH.
- ²⁷ O JOGO. *Cidade do Patrocínio*, Patrocínio, n. 149, 12 out. 1912, p. 1. Acervo HH.
- ²⁸ PINTO, Maria Inez Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo, EDUSP, 1994.
- ²⁹ A LIBERDADE do jogo. *O Progresso*, Uberabinha, n. 351, 12 jul. 1914, p. 1, 2. Acervo ArPU. (Arquivo Público de Uberlândia)
- ³⁰ A LIBERDADE do jogo. *O Progresso*, Uberabinha, n. 351, 12 jul. 1914, p. 1, 2. Acervo ArPU.
- ³¹ *Ibidem*.
- ³² A REGULAMENTAÇÃO do jogo. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 107, 08 dez. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.
- ³³ Representações semelhantes veiculadas pela imprensa da cidade de São Paulo encontram-se em: SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole*; São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Companhia das Letras, 1992. p. 86.
- ³⁴ A CAMPANHA contra o jogo. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 37, 26 set. 1915, p. 2. Acervo AOM. (Antonio de Oliveira Melo)
- ³⁵ A CAMPANHA contra o jogo. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 37, 26 set. 1915, p. 2. Acervo AOM.
- ³⁶ *Idem*, n. 38, 03 out. 1915, p. 1. Acervo AOM.
- ³⁷ *Ibidem*.
- ³⁸ *Ibidem*.
- ³⁹ O JOGO às claras. Onde estão nossas auctoridades policiaes? Abaixo o jogo! *O Garoto*, Uberaba, n. 81, 22 abr. 1917, p. 1. Acervo HH.
- ⁴⁰ REPRESSÃO à vagabundagem. O Jogo. *A Noticia*, Uberabinha, n. 29, 11 fev. 1919, p. 1. Acervo ArPU. Ver também: CARTA aberta ao Dr. Chefe de Policia do Estado I; O vicio entre nós está em pleno domínio. *O Gaiato*, Uberaba, n. 3, 25 jul. 1920, p. 1, 4. Acervo HH; CARTA aberta ao Dr. Chefe de Policia do Estado III. *Idem*, n. 5. 08 ago. 1920, p. 1. Acervo HH. “Quasi sempre o jogador/ Que com grandes lucros sonha/ Além de perder o dinheiro/ Perde o tempo e a vergonha”. Padre Antonio Vieira (O JOGADOR. *O Gaiato*, *idem*, p. 1. Acervo HH).
- ⁴¹ DELEGACIA de Policia. *Monte Carmelo*, n. 261, 24 out. 1926, p. 1. Acervo HH.
- ⁴² COM VISTAS ao exmo. Sr. Dr. Secretario de Segurança Pública. O vicio em Uberaba. *Brasil Central*, n. 42, 23 out. 1927, p. 1. Acervo HH. Ver também: O JOGO Franco. *Éco*, Uberaba, n. 8, 15 maio 1927, p. 1. Acervo HH. Há indícios de que na década de 1910 o ‘jogo do bicho’ ganhava adeptos, sinalizando uma diversificação da prática. Em tom de brincadeira como resposta a um artigo em que o jornalista reclamara da incidência das formigas na faixa urbana, um articulista que assina F. Cabeçuda, protesta “contra vossas palavras porque as formigas são muito menos prejudiciaes do que outros animaes que por ahi vivem como touros, cachorros, cobras, ursos, cavallos, etc; animaes muito nocivos à vossa integridade phisica pela ferocidade com que nos atacam e que além de tudo emprestam os seus nomes a jogos illicitos, como testas de ferro (*O Binoculo*, Uberabinha, n. 8, 16 abr. 1916, p. 2. Acervo ArPU).
- ⁴³ BARBOSA, Ruy. O Jogo. *Estrella do Sul*, n. 192, 13 mar. 1927, p. 1. Acervo HH. Se de fato esse artigo foi escrito por Ruy Barbosa, a distinção entre o encilhamento e o jogo de azar busca reinterpretar um momento da história econômica do Brasil em que o mote foi uma intensa especulação financeira que teria beneficiado, sobretudo, a burguesia bancária. Coincidentemente o ministro da Fazenda nesse período era o eminente Ruy Barbosa. Ver entre outros: PERISSINOTTO, Renato. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, UNICAMP, 1994. p 55 et seq.; MELLO, João Manuel Cardoso de. *Capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense, 1998.
- ⁴⁴ BARBOSA, op. cit., p. 1.

- ⁴⁵ Ibidem.
- ⁴⁶ BARBOSA, Ruy. O Jogo. *Estrela do Sul*, n. 192, 13 mar. 1927, p. 1. Acervo HH.
- ⁴⁷ Em meu levantamento encontrei dezenove processos de Termo de Bem Viver sob a guarda do Arquivo Público de Uberaba e que cobrem o período de 1844 a 1888.
- ⁴⁸ SCARANO, Julita. *Cotidiano e solidariedade*. A vida diária da gente de cor nas Minas Gerais, século XVIII. São Paulo, Brasiliense, 1994, p. 76
- ⁴⁹ PALMÉRIO, Mário. *Chapadão do Bugre*. Rio de Janeiro, Ediouro, 1994.
- ⁵⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem à província de Goiás*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, p. 47
- ⁵¹ Ibidem, p. 117, 118.
- ⁵² HARRIS, Ruth. *Assassinato e loucura*. Medicina, leis e sociedade no *fin de siècle*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993. p. 288; FOUCAULT, Michel. O nascimento da medicina social. In: _____. *Microfísica do poder*. 9. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 79-98.
- ⁵³ MORAES, Evaristo. *Ensaio de patologia social*. Rio de Janeiro, Livraria Saraiva de Leite Ribeiro & Maurillo, 1921, p. 103 e 108.
- ⁵⁴ MAZZIERO, João B. Alcoolismo e trabalho – vozes de criminólogos. São Paulo e Rio de Janeiro, 1880 – 1920. In: *Revista de História*, n. 140, 1999, p. 43-60.
- ⁵⁵ ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. *Medicina, leis e moral*. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo, UNESP, 1999, p. 140 et seq.
- ⁵⁶ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil, 1890-1930. 3. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997, p. 46, 113.
- ⁵⁷ BARBARO Assassinato. *O Progresso*, Uberabinha, n. 254, 31 ago. 1912, p. 1. Acervo ArPU.
- ⁵⁸ Ibidem.
- ⁵⁹ Ibidem.
- ⁶⁰ O VICIO. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 190, 12 jul. 1914, p. 1. Acervo LEPEH.
- ⁶¹ O REMEDIO da embriaguez. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 8, 28 fev. 1915, p. 3. AOM.
- ⁶² Ibidem.
- ⁶³ BARREIRO, José Carlos. *Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX: cultura e cotidiano, tradição e resistência*. São Paulo, UNESP, 2002, p. 50.
- ⁶⁴ O FERRUGEM. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 10, 14 mar. 1915, p. 3. Acervo AOM.
- ⁶⁵ O MAIOR criminoso do mundo. A sua confissão. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 25, 27 jun. 1915, p. 3. Acervo AOM.
- ⁶⁶ O ALCOOL. *Leme*, Sacramento, n. 12, 08 jun. 1919, p. 2. Acervo HH.
- ⁶⁷ PELA SAÚDE. *Gazeta de Patos*, Patos de Minas, n. 44, 15 jun. 1930, p. 2. Acervo HH.
- ⁶⁸ PELA SAÚDE. *Gazeta de Patos*, Patos de Minas, n. 44, 15 jun. 1930, p. 2. Acervo HH.
- ⁶⁹ Em 1933 a cidade de Uberaba contava com quatro fábricas de bebidas, produzindo: cerveja, vinho de frutas, vermouth, vinagre, aguardente do reino, xaropes, licores, fernet e conhaque (PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil Central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970. p. 370). Oliveira Mello informa o fechamento em 1934 da Fábrica de Bebidas União “aparelhada para abastecer o mercado local, produzindo ainda bastante sobra para exportação, cerveja, licores, guaraná, etc.” (OLIVEIRA MELLO, Antônio. *Patos de Minas: capital do milho*. Patos de Minas, Academia Patense de Letras, 1971, p. 147).
- ⁷⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole*; São Paulo: sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p. 84.
- ⁷¹ O TABAGISMO. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 13, 04 abr. 1915, p. 3. Acervo AOM.
- ⁷² Ao lado do artigo educativo de Adélio Maciel pode-se observar um anúncio da venda de fumos: “Fumos. ‘Água Limpa’ e ‘Palmeira’. Encontra-se na CASA DO TOTÓ, uma superior partida destes afamados fumos. A tratar-se com o proprietário Almério G. de Amorim” (Cf. *Cidade de Patos*, idem, p. 3).
- ⁷³ COCAÍNA. *O Corisco*, Uberabinha, n. 72, 12 set. 1920, p. 1. Acervo ArPU.
- ⁷⁴ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1993.

- ⁷⁵ ADLER, Laure. *A vida nos Bordéis de França, 1830-1930*. Lisboa, Terramar, 1990, p. 168, 169.
- ⁷⁶ SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência*. Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920. Rio de Janeiro, Forense, 1989, p. 200-222.
- ⁷⁷ RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 167 et seq.
- ⁷⁸ SOUZA, J. F. de. Memória sobre as medidas a adotar contra a prostituição no país. *Anais Brasileiros de Medicina*. Rio de Janeiro, Tip. Universal Laemmert, 1877. v. XVIII, n. 8, 9 e 10, jan. 1877, fev. 1877, mar. 1877 apud ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 106.
- ⁷⁹ SOIHET, Rachel. *Op. Cit.*, p. 81-140. Ver ainda FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. A vontade de saber. 11. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1993. p. 68.
- ⁸⁰ ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- ⁸¹ SILVA, Antônio Pereira da. *As histórias de Uberlândia*, v. 1, [19??], p. 24.
- ⁸² LÉ com lé, cré com cré. *O Binoculo*, Uberabinha, n. 8, 16 abr. 1916, p. 3. Acervo ArPU
- ⁸³ Ao menos duas pesquisas historiográficas se ocuparam da compreensão das relações sociais na cidade de Uberlândia (Uberabinha até 1929) adotando a perspectiva étnico-racial para nos dar conta das experiências de preconceito e exclusão. Ver: CARMO, Luiz Carlos do. Sinuosas vivências: famílias negras em Uberlândia (1945-1960). *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 24, 2001, p. 159-190; OLIVEIRA, Júlio César de. Ontem, ao luar... Experiências boêmias em Uberlândia na década de 40. *História e Perspectivas*, Uberlândia, EDUFU, n. 23, 2000, p. 185-216.
- ⁸⁴ *O BINOCULO*, Uberabinha, n. 11, 07 maio 1916, p. 3. Acervo ArPU (destaques no original).
- ⁸⁵ ENGEL, Magali. ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores*. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890. São Paulo, Brasiliense, 1989, p. 98.
- ⁸⁶ PINTO, Maria Inez Borges. *Cotidiano e sobrevivência*. A vida do trabalhador na cidade de São Paulo, 1890-1914. São Paulo, EDUSP, 1994, p. 205
- ⁸⁷ FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória*. Cotidiano e trabalho em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, EdUnB, 1993, p. 78-98.
- ⁸⁸ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Um toque de gênero: história e educação em Minas Gerais no século XIX (1835-1892)*. Brasília, EdUnB/Finatec, 2003.
- ⁸⁹ VARIAS. *A Tribuna*, Uberabinha, n. 14, 14 dez. 1919, p. 1. Acervo ArPU.
- ⁹⁰ *O BINOCULO*. Uberabinha, n. 8, 16 abr. 1916, p. 1. Acervo ArPU (destaques no original). Ver também, do mesmo jornal: n. 12, 14 maio 1916, p. 1. Acervo ArPU.
- ⁹¹ CAULFIELD, Sueann. O nascimento do Manguê: raça, nação e controle da prostituição no Rio de Janeiro, 1850-1942. *Tempo*, Niterói, UFF, n. 9, 2000, p. 43-63.
- ⁹² DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. 4. ed. Petrópolis, Vozes, 1994, p. 103, 104.
- ⁹³ GARCIA, Renisia Cristina. *Honra, sobrevivência e valentia*. Um estudo sobre trabalhadores e populações pobres uberlandenses envolvidos em processos criminais (1922-1937). 1997. Dissertação (Mestrado em História)-Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1997. p. 40. Uma anedota nos permite imaginar o preconceito que marcava as mulheres empregadas domésticas: “A criada está à porta, a comprar hortaliça; a patroa em cima, na escada. O polícia passa na rua, vê a criada pelas costas e abraça-a. Ella nem se volta. – Que é isso, Maria?! Pois você se deixa abraçar e nem sequer olha para traz? – Perdão minha senhora, eu pensei que era o patrão” (ECHOS e lembranças. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 50, 26 dez. 1915, p. 1. Acervo AOM).
- ⁹⁴ OS CRIMES da semana. Muito sangue, assassinatos e ferimentos. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 17, 02 maio 1915, p. 2. Acervo AOM.
- ⁹⁵ A TRIBUNA, Uberabinha, n. 18, 30 nov 1919, p. 2. Acervo ArPU.
- ⁹⁶ POLIZAKOV, Leon. *O mito ariano*. Ensaios sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 131-159.
- ⁹⁷ EM VIAGEM. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 7, 21 fev. 1915, p. 1. Acervo AOM.
- ⁹⁸ CORRESPONDENCIAS. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 7, 21 fev. 1915, p. 2. Acervo AOM.

⁹⁹ A BEM da moralidade. *O Commercio*, Patos de Minas, n. 75, 21 abr. 1912, p. 1. Acervo LEPEH.

¹⁰⁰ INFLUENCIA da syphilis sobre o casamento. *Cidade de Patos*, Patos de Minas, n. 73, 18 jun. 1916, p. 1. Acervo AOM.